

A reforma militar aos olhos de Manuel Domingos Neto

ANA PENIDO

Resenha: DOMINGOS NETO, Manuel. O que fazer com o militar: anotações para uma nova defesa nacional. Parnaíba: Gabinete de Leitura, 2023.

A produção teórica sobre as forças armadas brasileiras vem em um constante crescimento. Particularmente desde a eleição de Jair Bolsonaro e a composição do governo com muitos militares, diferentes ciências sociais se debruçam sobre temas afeitos à caserna, como o *ethos* militar, as relações entre civis e militares, discussões sobre o crescimento do militarismo e da militarização no Estado e na sociedade, a composição do Ministério da Defesa, entre outros. A maioria das publicações dedica-se à análise dos entraves ao estabelecimento do controle civil sobre o instrumento militar. Aos fatores domésticos, somam-se evidências de que a disputa pela hegemonia global entre China e Estados Unidos também é travada por meio de instrumentos de força, irrompendo na guerra na Ucrânia.

Neste contexto geral, foi publicado em 2023, pela Editora Gabinete de Leitura, a nova obra de Manuel Domingos Neto, *O que fazer com o militar: anotações para uma nova defesa nacional*. Antes de adentrar no conteúdo, cumpre assinalar dois diferenciais da obra. O primeiro diz respeito ao próprio autor. O professor Manuel Domingos Neto é doutor em História pela Universidade de Paris, um dos fundadores da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e estuda as fileiras militares há mais de meio século. Ele foi deputado federal pelo Piauí, vice-presidente do CNPq – o que lhe oferece uma lente acadêmico-política privilegiada para as discussões em tela – e, durante a ditadura militar brasileira, chegou a ser

ANA PENIDO

Mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas através da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES/Unesp) nas áreas de defesa, forças armadas, profissionalização e educação dos militares. E-mail: anapenido@gmail.com

preso e torturado. É a partir dessa bagagem que ele aponta: ainda hoje, muitos aspectos do contexto militar seguem desconhecidos para a sociedade em geral e mesmo para a academia.

O segundo diferencial do livro é a forma escrita utilizada. Diferente da publicação acadêmica tradicional, que busca o distanciamento entre o autor, seu objeto, e o leitor, Domingos optou por empregar uma linguagem acessível ao público leigo, coerente com o postulado que defende na obra de que o tema pertence a toda sociedade brasileira. Além de adotar o emprego das referências apenas ao final do livro, o autor entremeia as discussões teóricas com passagens da própria vida, canções militares, elementos imagéticos e capítulos curtos (são 28, em 224 páginas), que tornam o livro dinâmico e menos árido para o ambiente externo à academia brasileira. Também é digno de nota a publicação por uma editora piauiense. De forma geral, poucas publicações na área científica adotam a descrição do local de publicação completo, prática científica que evidencia as discrepâncias regionais em termos de mercado editorial. Ao escolher uma editora piauiense, o autor é coerente no enfrentamento a um dos entraves à coesão nacional que assinala no livro: as desigualdades entre as regiões do país. Prática similar que pode ser estimulada é a inserção do nome completo dos autores, norma que facilita a identificação do gênero do autor publicado e favorece a discussão feminista na produção científica.

Tratando-se de adentrar a análise substantiva, o recorte histórico do livro é alargado. Olhando para o passado, o autor seleciona passagens da influência portuguesa, prussiana, francesa e estadunidense nos militares brasileiros, caminhando dos tempos de Brasil Colônia até os dias atuais. Dessa maneira, evidencia que muitos dos problemas militares analisados como questões conjunturais do governo Bolsonaro ou como heranças da ditadura de 1964 são, na realidade, questões estruturais da formação social, cultural, política e econômica das forças armadas brasileiras.

A principal delas, e já apresentada pelo autor em outras publicações, é a discussão dos efeitos da modernização militar em países de periferia, como é o caso do Brasil, abordada nos capítulos 8 a

12, mas transversal à obra. O tema é discutido densamente no artigo “Sobre o Patriotismo Castrense”:

1. A modernização dos exércitos em países sem capacidade científica, tecnológica e industrial avançada representa uma forma de dominação astuciosa e eficaz das grandes potências.

2. O militar moderno em “país arcaico” tende a ser mais narcísico que o dos países desenvolvidos: é propenso a desejar uma sociedade digna de si e torna-se fator permanente de instabilidade política.

3. A modernidade militar em ex-colônias alimenta dilemas identitários nas corporações, notadamente quando a ruptura com a metrópole ocorre sem o envolvimento de vastos contingentes sociais em confrontos sangrentos.

4. O militar moderno que depende de fornecimento e instrução de estrangeiros desenvolve índole neocolonialista dissimulada pelo “patriotismo castrense”, que demanda a elaboração de leitura histórica própria. (DOMINGOS, 2019, p.14-15)

Assim, o militar se torna produto e mantenedor da dependência brasileira, além de força tutelar da sociedade. Sua subordinação estratégica seria a razão para a quase inexistência de ofensivas militares estrangeiras contra o Brasil, pois estas nunca sentiram sua dominação ameaçada.

Enxergando uma sociedade indigna dos seus méritos, o militar adota o combate ao “inimigo interno”, que recebeu diferentes nomes ao longo da história brasileira, mas que se dirige, em geral, a reformadores sociais. Para além dos efeitos danosos à sociedade, Domingos evidencia os problemas que a doutrina traz para o militar, que sofre de “transtorno de personalidade funcional”, atuando como policial, além de assumir uma miríade de outras tarefas que não são afeitas à defesa nacional. “A utilização das corporações para atender demandas crônicas sugere à sociedade noção enganosa do papel do militar e impede o preparo para a

Defesa Nacional” (DOMINGOS, 2023, p. 228). Definir as atividades a serem desempenhadas é tarefa de quem controla o Estado e, por sua vez, os instrumentos de força. É fundamental inclusive para coordenar as ações das três forças singulares – que, embora gozem de unidade político-ideológica, pensam de maneira desentrosada – e para a economia de estruturas que impactam os gastos públicos.

Domingos constata que, mesmo contando com bom orçamento de defesa e razoável capacidade industrial, o militar brasileiro não consegue negar os espaços territorial, marítimo, aéreo e cibernético brasileiro a potências externas ao subcontinente latino-americano. Por outro lado, militares são agentes políticos, que atuam na cooptação de agentes públicos através de assessorias legislativas, atribuindo medalhas corporativas, entre outras. Disputam simpatia popular, com forte investimento na propaganda institucional, adotando medidas da chamada “guerra híbrida”.

Diante dessa leitura de passado e de presente, o autor propõe uma mirada para o futuro, e o texto traz um conjunto de proposições práticas sobre diferentes aspectos de uma reforma da política de defesa em geral, e da política militar especificamente, que proporcionem, no presente, a criação de novos tempos. Em alguns momentos, toma como interlocutor o atual presidente da República, Lula.

Um leitor desavisado poderia acusar as sugestões de mudanças como revanchismo, considerando a biografia do autor. Estaria absolutamente incorreto. As discussões sobre a reforma militar se inserem no bojo de reflexões gerais sobre as mudanças na própria guerra, com algumas passagens sobre o atual conflito na Ucrânia. Tratam-se, portanto, de como ter forças armadas preparadas para os desafios que se impõem ao projeto de um Brasil soberano em um contexto de transformações na ordem internacional e no jeito de guerrear.

A discussão geral subsidia a necessidade de rever o orçamento de defesa, amplamente destinado ao pagamento de pessoal, o que é atestado por toda a literatura sobre o tema. Partindo daí, o autor critica a incoerência entre as premissas do Exército brasileiro atuais – “agilidade”, “força” e “presença” – e a organização

militar. A agilidade evidencia a necessidade de fortalecer a tecnologia e reduzir o efetivo. “O deslocamento rápido de tropas faria sentido diante de uma ocupação territorial difícil de imaginar, por supérflua e desarrazoada” (DOMINGOS, 2023, p. 202). A premissa “força” fica prejudicada pela distribuição do orçamento, destinado a pessoal, e não a equipamentos. E a premissa “presença”, mais uma vez, aponta para a prioridade que a Força Aérea deve receber.

A esse conjunto de críticas, Domingos sucede anúncios de por onde prosseguir. Por um caminho, sugere a importância de repensar os efetivos brasileiros, com generais e tropas em demasia, predomínio da força terrestre sobre as aeronavais, predomínio da presença no Sudeste sobre outras regiões (embora na retórica a Amazônia seja a viga mestra), recrutamento obrigatório das camadas subalternas, entre outras questões que tocam a forma de organização da força no Brasil. Estas, e muitas outras que daí derivam, poderiam ser objeto de uma ampla discussão com a sociedade. Paralelamente, questiona os gastos em equipamentos militares feitos pelo Brasil. Se as corporações são importantes para o desenvolvimento socioeconômico, devem ser equipadas com produtos nacionais, e não com aqueles adquiridos de potências tecnológicas. Consequência prática dessa afirmativa é o encerramento dos escritórios de compras bélicas mantidos nos EUA e na Europa. No entendimento do autor, pela sua estatura, o Brasil tem condições de liderar a integração sul-americana, dissuadindo potenciais agressores a partir da construção de um bloco sólido de amizade entre países vizinhos. Essa questão é presente nas declarações dos governos petistas brasileiros, mas não se materializa na política de defesa.

As proposições reformistas são acompanhadas pela lucidez quanto às dificuldades para o estabelecimento do controle político sobre a caserna no Brasil. Uma delas diz respeito ao envolvimento do povo brasileiro, acostumado à ideia de que essa política pertence ao militar, e a temer possíveis reações violentas deste quando questionado. Além disso, o Brasil carece de corpo civil especializado nos estudos e de acervo de estudos atualizado. Talvez aqui o autor tenha se excedido. Em que pesem as muitas lacunas nos estudos sobre o tema, e o crescimento da pós-graduação

nas escolas militares, a área vem se expandindo da graduação à pós-graduação no mundo civil.

Sobre o fictício diálogo civil-militar, ele afirma que “o soldado é treinado para obedecer e mandar, não para dialogar. Comandantes precisam ser consultados sobre a Defesa, mas a sua concepção e condução cabem ao político” (DOMINGOS, 2023, p. 206). Denuncia a existência da “família militar”, e o isolamento das forças armadas como chave para a manutenção dos problemas nessa esfera. E daí extrai proposições práticas, como a necessidade de diminuir os deslocamentos constantes ao longo da carreira, conter a endogeneia no recrutamento, e extinguir privilégios como os colégios militares que, além de representarem gastos desnecessários, isolam e militarizam sujeitos ainda na infância e adolescência.

Domingos ressalta que as mudanças não implicam em rupturas institucionais, mas na compatibilização entre a caserna e o que está determinado na Constituição. Quanto a isso, o autor aborda dois temas recentes nas suas postulações. O primeiro é a relação entre os estudos de defesa e os de segurança pública. A confusão entre ambos leva o enfrentamento à criminalidade a ser travado nas mesmas bases doutrinárias do combate ao estrangeiro hostil. A reforma de uma área implica na reforma de outra.

Um segundo tema diz respeito à unidade doutrinária, fundamental para o sucesso na guerra. Por outro lado, a unidade político-ideológica contraria a Constituição Republicana, amplamente pluralista, e é uma manifestação de corrupção institucional: “Se o leque de convicções políticas e ideológicas presente na sociedade não se refletir nas corporações, prevalecerá seu uso instrumental por uma corrente política” (DOMINGOS, 2023, p. 209).

De fato, a coesão nacional é base para o sucesso na guerra, mas cumpre problematizar o que quebra a coesão no Brasil. Domingos aponta a disparidade de renda e de oportunidades, bem como as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões como fundamentos para a quebra de coesão. Além disso, denuncia a fragilidade de mitos para ensejar a coesão nacional, como o da “união das três raças”. De maneira ousada, propõe uma revisão da memória por meio do resgate da figura de Tiradentes, inspiração para uma cruzada contra as heranças da colonização no

meio militar, a mais relevante delas identificada na brutalidade do Estado diante da sociedade divergente.

Por falar em memória, uma lacuna do trabalho é justamente a ausência da discussão sobre a Memória, Verdade e Justiça, que no Brasil convencionou-se chamar de Justiça de Transição. Com exceção de algumas menções ao terrorismo de Estado, sofrido pelo autor ou mencionado de forma mais ampla, o tema é rarefeito na obra. Essa ausência certamente deve-se a uma decisão do autor, e não ao esquecimento do assunto.

Se é tarefa da sociedade e do Estado retirar o militar da condição auto-outorgada de apóstolo do patriotismo, este livro ajuda a conhecer aspectos das fileiras desconhecidas (DOMINGOS, 2021) e mais, conclama a sociedade para engajar-se em um amplo movimento pela reforma militar orientada por uma nova concepção de defesa para o Brasil.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS NETO, Manuel. Sobre o Patriotismo Castrense. **Revista Perseu**, Dossiê os militares e a política, São Paulo, n.18, ano 13, p. 13-36, out. 2019.

_____. Fileiras desconhecidas. In: MARTINS, João Roberto (org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Editora Alameda, 2021, p.17-30.